



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 14/2023

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 06/2023

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE.**

### RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelo prefeito Martins Dias de Oliveira, que também autorizou a abertura de processo licitatório para a contratação.

Ao processo estão anexados 03 (três) orçamentos, atestado de dotação orçamentária fornecido pela contadoria municipal, Edital e Termo de Referência e Minuta do Contrato.

### FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”. De maneira que o parecer refere-se a análise jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

A justificativa para a contratação é a grande demanda da Secretaria Municipal de Obras na manutenção das estradas vicinais. Observe-se que não há documentos anexados com a finalidade de embasar a justificativa. O Termo de Referência informa que a contratação tem a finalidade de atender a demanda de todos os serviços e atividades desempenhadas pela secretaria de obras, no que tange a manutenção e preservação recuperação de estradas não pavimentadas e vicinais, aterros e galerias e bueiros.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a locação de caminhão tipo basculante com capacidade mínima de 12m3, sendo que o caminhão será locado apenas quando houver necessidade, ou seja, de acordo com as necessidades da prefeitura. Não se trata de contratação de locação em que o veículo ficará à disposição da contratante.

Ficará ao encargo da contratada o fornecimento de combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva, motoristas e todos os encargos com impostos que sobrevierem ao veículo.

Dessa forma, o objeto está adequadamente descrito, conforme exige a legislação pertinente. A definição do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo a necessidade da administração deverá ser satisfeita, devendo ser explicitada de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar.

A definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara”,



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima as quantidades de diárias a serem locadas, mas não a efetiva quantidade que será utilizada, haja vista que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços, portanto, vislumbra-se situações que possam resultar em alterações, o que justifica o registro de preços.

O Edital e Minuta do Contrato especificam que a manutenção e condutor correrão por conta da contratada, porém são omissos em relação à exigência de seguro do veículo e do condutor.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em





Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações. No entanto, o processo licitatório deve seguir os ditames legais, sendo, portanto, necessário sanar as irregularidades apontadas. Sendo que para o prosseguimento é imprescindível as adequações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

## CONCLUSÃO:

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo, ressalvado no contexto, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 20 de março de 2023.

José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto  
Advogado - OAB-MT 8841-B